

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA

“Anais do I Encontro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários
linguístico-culturais contemporâneos”
07, 08 e 09 de novembro de 2013 - UNILA

FOZ DO IGUAÇU - 2016



“TERROR NA TV”: ASPECTOS DA PRODUÇÃO MIDIÁTICA SOBRE A TRÍPLICE FRONTEIRA NO PÓS-11 DE SETEMBRO

Bruno Vinícius Nascimento de Oliveira¹

RESUMO: Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foram um marco histórico da primeira década do século XXI. Seus reflexos políticos e sociais são notáveis até os dias de hoje, motivo pelo qual ainda é importante debruçar-nos sobre o assunto para compreender seus impactos em alguns dos países da América Latina. A Tríplice Fronteira em que convergem Argentina, Brasil e Paraguai foi especialmente afetada. Contando com a segunda maior comunidade muçulmana do Brasil, a região passa a ser vinculada ao terrorismo internacional mais enfaticamente após os atentados, argumento não corroborado até hoje. O papel desempenhado pela mídia nesse contexto é fundamental, pois a maioria das informações sobre a região, no que se refere ao contexto citado, foram transmitidas por empresas de comunicação de alcance internacional. Nesse sentido, nos parece plausível analisar de que forma essas informações foram transmitidas e quais conteúdos traziam que pudessem associar os países referidos ao terrorismo internacional. Acreditamos que essa produção midiática específica trouxe elementos que moldaram a forma como se vê a Tríplice Fronteira, especialmente por estarem atreladas aos posicionamentos do governo norte-americano sobre o assunto. Para tanto, faremos um recorrido pelas produções de alguns especialistas na região, utilizando como método revisão de literatura.

Palavras-chave: 11 de setembro, Tríplice Fronteira, Estados Unidos, terrorismo, mídia

INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no contexto da relação entre os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e a comunidade árabe radicada na Tríplice Fronteira (deste ponto em diante, “TF”), que se localiza na confluência dos territórios de Argentina, Brasil e Paraguai.

Nos ataques, atribuídos à rede extremista islâmica Al-Qaeda, três aviões foram lançados contra notáveis símbolos norte-americanos: dois contra as Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e um contra ala oeste do Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no condado de Arlington, estado da Virgínia. Uma outra aeronave, que também foi sequestrada no mesmo dia, caiu nos campos de Shanksville (Pensilvânia) antes de atingir seu alvo. Imediatamente após o ocorrido, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, declara a “Guerra ao Terror”, com um discurso dicotômico dirigido a todos os países: ou apoiavam a empreitada, ou seriam cúmplices dos grupos terroristas.

Nesse contexto emergem as polêmicas referentes à comunidade. Em sua maior parte composta por imigrantes do Líbano e com um pequeno contingente de cidadãos de outros

¹ Universidade Federal do Paraná Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia E-mail: vinicius.nascoliv@gmail.com

países de origem árabe, grande parte de seus membros é proprietária de empreendimentos comerciais no centro de Ciudad del Este (Paraguai). Com a “Guerra” decretada, uma chuva de acusações recaía sobre a comunidade. Isso porque dois atentados haviam sido realizados na Argentina anteriormente. O primeiro, em 1992, contra a embaixada de Israel em Buenos Aires; o segundo, em 1994, contra o edifício que sediava a “Asociación Mutual Israelita Argentina” (AMIA) e a “Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas”. O governo argentino, então, inicia os rumores da presença terrorista na TF, por onde acreditava-se que haviam entrado os responsáveis pelo ato.

A região, desde a década de 1970, já vinha sendo atrelada a diversas formas de ilicitudes, como tráfico de pessoas, drogas e armas, lavagem de dinheiro, entre outros. A má fama se deve a uma imagem de falta de controle dos respectivos Estados sobre a região. Somados aos atentados, tais argumentos foram suficientes para desencadear uma série de ações políticas no sentido de rastrear e controlar possíveis focos terroristas. Redes de comunicação de grande alcance noticiavam acusações deliberadas, no que muitas vezes foram acompanhadas por alguns meios nacionais.

Nesse sentido, é importante notar que a partir dos ataques, a comunidade foi acusada por diversos membros e burocracias do governo norte-americano de estar vinculada a grupos extremistas do Oriente Médio, financiando suas ações. Além das declarações oficiais, compreendidas desde seus porta-vozes até relatórios especializados, as grandes redes de comunicação internacional aderiram ao argumento, motivo pelo qual é importante refletir sobre o papel da mídia internacional na conformação e distribuição de pontos de vistas específicos.

Portanto, compreender o papel desempenhado pelos grandes meios de comunicação de alcance internacional é fundamental. Seu concurso, no nosso ponto de vista, colaborou de forma importante para a construção da imagem da TF tal qual a concebemos atualmente. Acreditamos que alguns dos significados atribuídos ao que se convencionou chamar “Tríplice Fronteira” está em grande medida associado ao que foi veiculado por tais meios, especialmente pela ligação estreita entre as reportagens e os posicionamentos do governo norte-americano com relação à questão.

Para tanto, é necessário entender como a região era caracterizada enquanto pauta da política de segurança dos Estados Unidos, para posteriormente problematizar o papel da mídia da difusão e criação de elementos que viessem a caracterizar a região. Faremos um

recorrido pelos trabalhos de especialistas na região, que anteriormente já se haviam debruçado sobre o tema, utilizando-nos do método de revisão de literatura. Entre eles, destacamos o trabalho de Montenegro e Béliveau (2006), Karam (2011), Amaral (2010) e Ferreira (2010).

A TRÍPLICE FRONTEIRA COMO PAUTA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA NORTE-AMERICANA

Se nos pedissem para apontar um fato que consideramos um marco na primeira década do século XXI, com muita segurança destacaríamos os ataques terroristas às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington, no dia 11 de setembro de 2001. Se agendas foram redefinidas no âmbito internacional após os ataques, muito mais impacto causaram na formulação de políticas domésticas de inúmeros países.

Evidentemente, os impactos políticos e ao imaginário social nos Estados Unidos foram imediatos. Se isso é certo, o terrorismo – e o que a ele foi associado – cumpre o papel de quebra com as normas estabelecidas no imaginário norte-americano, ou pelo menos de alguns grupos influentes que dirigem o país. Isso porque os atentados “representam o fim dos ‘felizes anos 90’ iniciados com a queda do Muro de Berlim, da era Clinton e da ideia de ‘fim da história’” (CUNHA, 2009, p. 21).

Há, neste momento, uma percepção de que o mundo está vulnerável e que há uma ameaça a ser combatida. Um exemplo disso é o discurso proferido por George W. Bush no Congresso dos Estados Unidos, quando dos ataques, no dia 20 de setembro de 2001 (AMARAL, 2010, p. 83). O então presidente declara o início da “Guerra ao Terror”, anunciando uma polêmica divisão que, segundo seu ponto de vista, deveria ser feita na comunidade internacional: a partir de então, os países deveriam escolher entre alinhar-se aos Estados Unidos ou apoiar os inimigos terroristas.

Amaral (2010) aborda a questão da TF relacionada à Guerra ao Terror, fazendo uma análise de política externa sob o ponto de vista do conceito de securitização, desenvolvido por Barry Buzan e Ole Wæver. Ambos estão entre os principais autores da Escola de Copenhague (Copenhague Peace Research Institute – COPRI), que surge na Europa em meados da década de 1990, com o objetivo de promover estudos para a paz e a reinserção da Europa na ordem internacional no mundo pós-Guerra Fria (TANNO, 2003, p. 48). Os estudos relacionados fazem

parte da vertente construtivista das Relações Internacionais, e os autores são responsáveis pela reinterpretação dos estudos sobre segurança internacional na área.

Descrevendo em poucas linhas o conceito de securitização, diríamos que é um ato político que visa – e por vezes, consegue – inserir qualquer questão que não diga respeito à agenda de segurança de um Estado nos quadros de sua política de segurança – entendendo “segurança” como a agenda política de um Estado que visa protegê-lo de ameaças². A segurança seria, dessa forma, articulada de um lugar específico e com voz institucional.

In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (...). By uttering "security," a state-representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it. (WAEVER, 1998, p. 45. Grifo nosso)³.

Securitização, portanto, é agregar a qualquer tema maior relevância, ou ao menos assim considerá-lo momentaneamente, como pauta da agenda governamental ou internacional que supostamente ameaça o bem-estar da população. Isso se dá por meio de atos de fala, que podem ser qualquer ato que manifeste a transmissão de ideias, seja oralmente, seja por meio de documentos escritos, ou de quaisquer outras formas de comunicação. É importante ressaltar que um tema securitizado proporciona ao Estado um direito especial de atuação, facilitando o manejo da máquina estatal e de seus instrumentos para minimizar ou acabar com os perigos e ameaças que se proponha combater.

Dessa maneira, o tema securitizado sairá da esfera política normal e passará para a esfera política emergencial. Por conseguinte, “a securitização pode ser vista como uma versão extrema da politização” (BUZAN et al., 1998, p. 23). Nesse sentido, a securitização e a politização possuem um continuum de temas, desde não politizados, ou seja, aqueles que não

² O debate sobre segurança internacional passa por uma mudança de foco após o aporte teórico de Barry Buzan. Se antes era encarada somente como a defesa militar do Estado, com a contribuição do autor, passa a englobar outras quatro áreas, a saber: política, econômica, societal e ambiental. Temas nessas quatro áreas, portanto, poderiam afetar o Estado em seu interior. Para maiores informações sobre o tema, consultar BUZAN, Barry. *New patterns of global security in the twenty-first century*. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944), v. 67, n. 3, p. 431-451. [S.l.]: 1991. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21842315/132824106/name/%EE%80%80BUZAN%EE%80%81-1991.pdf>>.

³ “Nestes termos, a segurança não é de interesse como um sinal que se refere a algo mais real; o proferimento em si é o ato. Ao dizer isso, algo é feito (...) Ao proferir "segurança", um representante do Estado engendra um desenvolvimento particular em uma área específica e, assim, reivindica um direito especial para usar todos os meios necessários para bloqueá-lo.” (Tradução do autor.)

fazem parte das políticas de Estado e nem de debates políticos; aos politizados, os quais fazem parte das políticas públicas; e aos securitizados, os quais são apresentados como uma ameaça à existência, o que ocasiona a necessidade de medidas emergenciais, para assim justificar as ações realizadas fora das fronteiras.

Entender esse conceito nos permite acessar o problema e a pesquisa de Amaral com maior facilidade, além de auxiliar na explicação da importância desse referencial teórico para o presente estudo. O problema de pesquisa que o autor se propõe a solucionar é entender como a TF foi inserida pelo governo dos Estados Unidos em sua agenda de segurança (AMARAL, 2010, p. 42). Para tanto, tenta analisar também qual foi o resultado final dessa dinâmica. A primeira diz respeito ao modo de inserção, a segunda ao método. O modo seria por meio da representação da TF como ameaça; o método, defende o autor, seria o de inseri-la como prioridade estratégica.

Nesse sentido, Amaral afirma que não houve uma securitização plena da TF, pois, se bem tivesse sido securitizada nos Estados Unidos, era necessário convencer Argentina, Brasil e Paraguai a fazê-lo também. Ou seja, mesmo que a região tivesse sido incluída em sua agenda de segurança, não necessariamente os países componentes da fronteira deveriam atuar da mesma forma. E foi o que aconteceu.

É importante que entender que a ascensão da TF como tema de segurança nacional, como pleiteava os EUA, não aconteceu de forma unívoca, mas se deu em um campo de disputa de interesses políticos e econômicos em que os quatro países envolvidos se manejavam.

Em um primeiro momento, o papel de securitizador da fronteira era exercido por Buenos Aires, após os incidentes de 1992 e 1994. Os EUA nesse momento agiam secundariamente, dando mais um apoio retórico e material do que se envolvendo no problema. Paraguai e Brasil mostravam-se mais reticentes, evitando discursos que pudessem comprometer a imagem da fronteira. Ao longo dessa década, entretanto, o governo norte-americano envolve-se mais profundamente com a questão da TF, iniciando “um claro processo de produção política de um espaço de ameaça” (AMARAL, 2010, p. 250). Neste momento, vincula-se a região a uma presença terrorista de fato, com indivíduos que potencialmente poderiam realizar atentados, em grande parte por conta das especulações que rondavam os ataques na capital argentina.

Após o 11/09, o papel dos atores estatais na região se altera. A Argentina, agora sob o comando de Carlos de la Rúa, que antes ocupava um papel discursivo predominante,

cede lugar a Washington, que se torna então o principal agente securitizador. O Paraguai, prevendo vantagens na cooperação com os norte-americanos, aproxima-se mais dos vizinhos do norte, enquanto o Brasil apresenta maior resistência em tornar a TF um tópico de sua política de segurança – Márcio Buzanelli, por exemplo, ex-Diretor da Agência Brasileira de Inteligência, manifesta-se dizendo que essas seriam tentativa de “demonizar a região”, podendo essas atitudes do governo norte-americano serem consideradas como “islamofobia” (AMARAL, 2010, p. 253).

Durante o governo George W. Bush, os Estados Unidos entraram no Grupo de Segurança da Área da Tríplice Fronteira, criado para consulta diplomática acerca dos desafios relacionados à criminalidade na região. Conhecido também como “Grupo 3+1” (Argentina, Brasil e Paraguai + Estados Unidos), seu objetivo era fortalecer o diálogo entre os países para combater o crime na Tríplice Fronteira, a lavagem de dinheiro e o potencial apoio ao terrorismo, cooperando na área de inteligência e realizando encontros periódicos para troca de dados e informações que afetasse as questões de segurança dos quatro países (FERREIRA, 2010, p. 133-134). Amaral, na sequência, ressalta que o Brasil via de maneira positiva o desenvolvimento da comissão, por considerar que tinha a utilidade pragmática de obrigar os EUA a alinhar sua postura oficial com a dos outros três países.

Durante o governo Bush, os discursos securitizantes, ou atos de fala, foram sendo promovidos por diferentes órgãos da burocracia norte-americana. No campo discursivo, então, passa-se a fazer uma ligação entre crime e terror, enquadrando a Colômbia e a TF numa mescla de Guerra às Drogas e Guerra ao Terror, o que era extremamente conveniente às forças civis e militares dos Estados Unidos (AMARAL, 2010, p. 254). Os três países da fronteira se opuseram a essa visão, cada um a seu modo: Brasil e Paraguai posicionaram-se mais firmemente; a Argentina, por conta de suas experiências anteriores, foi mais reticente, mantendo-se mais preocupada com os possíveis vínculos terroristas na região, e ainda assim, o tema restou secundário em sua agenda de segurança.

Ferreira (2010, p. 169) também discute a questão da TF e a formação das políticas de segurança nesse sentido. O autor nos adverte que é necessário levar em consideração as disputas internas dos diferentes órgãos que compõem o governo norte-americano, e como cada um se posiciona com relação ao tema. Entre os mais significativos, destaca o Departamento de Estado, Departamento de Defesa, órgãos vinculados à inteligência

(categoria em que se encontra a CIA), Casa Branca, Congresso e Departamento de Segurança Interna.

O que esses diversos órgãos têm em comum, segundo o autor, é a ideia de que a Tríplice Fronteira seria um safe haven, ou seja, um local seguro onde o terrorismo pode atuar livremente, pois pressupõe um lugar onde a lei não consegue ser aplicada eficazmente. O estudo do autor é antes de tudo uma análise da construção desse ponto da política externa norte-americana.

Esses posicionamentos sobre os quais se detêm os autores, entretanto, só se difundiram com eficácia por conta do alcance midiático proporcionado à questão. É imprescindível notar que a maioria do que se veiculou nos meios de comunicação, e em especial os norte-americanos, tinham como base a visão oficial do governo dos Estados Unidos. A visão de medo com relação a minorias, perceptível por parâmetros que demonstram claramente uma dicotomia “bem/mal”, foi construída discursivamente e transmitida por meios que reproduziam essa lógica.

Las especificidades culturales, políticas y económicas, las asimetrías demográficas y los contextos nacionales disímiles de Paraguay, Brasil y Argentina también son disueltos en el discurso que construye a la TF como no perteneciente a ninguno de los tres países. La cita de fuentes es fundamental en el campo periodístico, las notas que aquí analizamos casi sin excepción, presentaron fuentes oficiales para otorgar credibilidad a lo que afirmaban. Un racconto de las mismas revela un número limitado que se repite a lo largo de las notas, incluyendo distintas instancias gubernamentales (...). Algunas de las fuentes mencionadas son de una gran vaguedad significativa y sólo se las cita para enmarcar detalles puntuales, como las cifras vinculadas al lavado de dinero o al narcotráfico. Al mismo tiempo, los artículos de la Military Review, así como el informe sobre la TF elaborado por a Federal Research Division citaron como fuente a la prensa, en un feedback que homogeneizó la mirada sobre ese espacio. (MONTENEGRO; BÉLIVEAU, 2006, p. 63. Grifo nosso)⁴.

Pode-se perceber, então, que as visões oficiais do Estado norte-americano foram adotadas pela mídia, e distribuídas internacionalmente. Tais perspectivas, em muitos casos,

⁴ “As especificidades culturais, políticas e econômicas, as assimetrias demográficas e os contextos nacionais diferentes do Paraguai, Brasil e Argentina também são dissolvidos no discurso que constrói a TF como não pertencente a nenhum dos três países. A citação de fontes é fundamental no campo jornalístico, as notas que aqui analisamos quase sem exceção, apresentaram fontes oficiais para outorgar credibilidade ao que afirmavam. Um relato das mesmas revela um número limitado que se repete ao longo das notas, incluindo distintas instâncias governamentais (...). Algumas das fontes mencionadas são muito vagas significativamente e somente as citamos para enquadrar detalhes pontuais, como as cifras vinculadas à lavagem de dinheiro ou ao narcotráfico. Ao mesmo tempo, os artigos da Military Review, assim como o informe sobre a TF elaborado pela Federal Research Division citaram como fonte a imprensa, em um feedback que homogeneizou o olhar sobre esse espaço” (Tradução nossa).

são apropriados ou parcialmente repelidas por jornais dos três países da fronteira (MONTENEGRO; BÉLIVEAU, p. 43). Cabe notar também que, em muitos casos, fontes oficiais utilizaram reportagens para basear suas notas. Essa retroalimentação condicionou uma homogeneização da visão que foi transmitida sobre a fronteira – e seus habitantes árabes, tenha-se claro – e que talvez perdure até hoje.

É também importante ressaltar o interesse norte-americano pela questão. Essa visão não está distanciada do que propõe, por exemplo, o Departamento de Estado norte-americano a respeito da TF. Como é possível observar em trechos do Counter Report on Terrorism, relatório anual divulgado pelo citado órgão referente ao terrorismo, os elementos associados à região são os mesmos que se pode encontrar nos diferentes materiais produzidos pela mídia. Apesar de todas as acusações, entretanto, nunca foi possível provar se de fato ocorre o financiamento a grupos terroristas por parte da comunidade árabe local. Os seguintes excertos foram emitidos nos anos de 2004 e 2012, referentes aos anos de 2003 e 2011, respectivamente:

The Triborder area (TBA) — where Argentina, Brazil, and Paraguay converge— has long been characterized as a regional hub for Hizballah and HAMAS fundraising activities, but it is also used for arms and drug trafficking, contraband smuggling, document and currency fraud, money laundering, and the manufacture and movement of pirated goods. Although there were numerous media reports in 2002 of an al-Qaida presence in the TBA, these reports remained uncorroborated by intelligence and law-enforcement officials (DEPARTMENT OF STATE, 2004, p. 70).⁵ No credible information showed that Hizballah, HAMAS, or other Islamist extremist groups used the Tri-Border Area for terrorist training or other operational activity, but the United States remained concerned that these groups used the region to raise funds from local supporters (DEPARTMENT OF STATE, 2012, p. 184).⁶

Nota-se o interesse do governo na região, bem como sua associação ao tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e envolvimento com produtos pirateados. Referem-se à

⁵ “A Área da Tríplice Fronteira (TF) – onde Argentina, Brasil e Paraguai se encontram – tem sido desde há muito caracterizada como um eixo regional para o levantamento de fundos de atividades do Hizbollah e Hamas, mas também é utilizada para tráfico de drogas e de armas, contrabando, falsificação de dinheiro e documentos, lavagem de dinheiro, e a fabricação e circulação de bens piratas. Mesmo com os numerosos relatórios midiático em 2002 a respeito de uma presença na TF, esses relatórios não corroborados por oficiais da inteligência e aplicação da lei.” (Tradução nossa)

⁶ “Nenhuma informação confiável mostrou que o Hizbollah, Hamas ou outros grupos islâmicos extremistas utilizaram a Região da Tríplice Fronteira para treinamento terrorista ou outra atividade operacional, mas os Estados Unidos continuam preocupados em se esses grupos terroristas utilizaram a região para levantar fundos por meio de um patrocinador local” (Tradução nossa)

falta de provas com relação ao veiculado pela mídia, mas o relatório de 2012, apesar de admiti-lo, também deixa claro que os Estados Unidos continuam convencidos de que grupos terroristas podem estar atuando na região. Após a divulgação do relatório referente a 2011, uma comissão de parlamentares visitou a TF no mês de agosto de 2012, ano de publicação do documento.

Sigilosos ao extremo, o grupo de cinco parlamentares norte-americanos continua hoje a visita por países da América do Sul, um dia depois de terem deixado a Tríplice Fronteira, onde passaram por Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Eles estiveram na aduana paraguaia e percorreram a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este. Um assessor do republicano Michael McCaul, um dos integrantes do grupo, disse à Folha de S.Paulo que um dos temas a serem tratados na viagem são os laços do Irã e do grupo libanês Hizbollah na fronteira entre os três países. Os norte-americanos são da Câmara de Representantes do Congresso Norte-Americano e integram o Subcomitê de Supervisão e Investigação do Comitê de Segurança Doméstica. Eles percorrem alguns países da região para levantar informações sobre crimes transnacionais. A intensa atividade comercial na fronteira do Brasil e Paraguai chamou atenção dos parlamentares. Os outros políticos da equipe de parlamentares são Henry Cuellar, Jeff Duncan, Robert Turner e Tom Graves. A viagem acontece uma semana depois da divulgação do Relatório sobre Terrorismo nos Países em 2011, feito pelo Departamento de Estado americano (PARO, 2012).

Algum tempo depois, Christine Folch, em reportagem publicada na revista *Foreign Affairs* e traduzida na íntegra pelo jornal “O Estado de São Paulo”, afirma que:

Após o 11 de Setembro, funcionários americanos apareceram rapidamente no local para combater o crime e melhorar o serviço de inteligência. Mas não se depararam com nenhum terrorista. Na verdade, as intervenções contribuíram pouco para reduzir a ilegalidade na região (...) (FOLCH, 2012).

Os pequenos exemplos como os acima citados demonstram a preocupação e vigilância que as autoridades norte-americanas, vinculadas às diversas esferas de poder dentro do governo, mantinham – e talvez ainda mantenham – sobre a região⁷. Os dados nesse sentido são poucos e ainda é muito difícil afirmar se a TF está em escala menor sob a “vigilância” dos Estados Unidos. Isso não descarta que a visão de uma “TF perigosa” persiste. O que nos interessa analisar por ora são os elementos aos quais a TF é associada nessas práticas discursivas e como estes apareceram na produção midiática internacional.

⁷ Os relatórios são publicados anualmente pelo Departamento de Estado; Michael McCaul, por sua vez, é deputado eleito pelo 10º Distrito do Texas para a Câmara dos Representantes (câmara inferior) pelo Partido Republicano

A imagem que se veiculou da TF nos meios de comunicação de alcance internacional não estava muito distante de como o governo norte-americano caracterizava a região. Segundo esse argumento, a principal característica de sua dinâmica de funcionamento seria justamente a falta de uma dinâmica regulada, o que demonstraria sua fragilidade. Há também a visão de uma região unificada e independente das lógicas nacionais dos três territórios que a compõem – uma espécie de reificação que torna a TF não mais somente o encontro de três países, mas uma entidade única dotada de características próprias.

La forma en que la prensa se refiere a la TF supone la existencia de un ámbito con características propias, irreductibles a las lógicas culturales, legales, económicas o políticas de cada uno de los tres países. En la visión reificada por algunos medios, una de las reglas de la dinámica de la TF consistiría justamente en carecer de una dinámica reglada. En tanto “tierra sin ley”, la zona es retratada como concentrando la suma total de atributos negativos de los tres países: corrupción, lavado de dinero, tráfico de influencias, dimisión del estado, arbitrariedad, situación permanente de crisis, inseguridad y riesgo. (MONTENEGRO; BELIVÉAU, 2006, p. 43)⁸

Os elementos que definem a região são os mesmos que os evocados pelos relatórios anteriormente citados: lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, entre outros; ilicitudes que têm como plano de fundo um ambiente propício a sua realização e no qual os Estados envolvidos não logram um controle eficaz. As primeiras notícias sobre a região referiam-se à suspeita do envolvimento de “árabes residentes na zona” com os ataques à Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e à sede da Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas, em 1994 (MONTENEGRO; BÉLIVEAU, 2006, p. 15).

Nossa impressão é a de que o debate político internacional e midiático em torno da TF e do terrorismo parece ter recuado minimamente, ou pelo menos não é tão incisivo quanto foi durante o período compreendido entre 2001 e 2006. Isso não quer dizer que os reflexos desse período não venham a produzir reflexos na atualidade. As autoras fornecem

⁸ A forma pela qual a imprensa se refere à TF supõe a existência de um âmbito com características próprias, irreduzíveis às lógicas culturais, legais, econômicas ou políticas de cada um dos três países. Na visão reificada por alguns meios, uma das regras da dinâmica da TF consistiria justamente em carecer de uma dinâmica regulada. Enquanto “terra sem lei”, a zona é retratada como concentrando a soma total dos atributos negativos dos três países: corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influências, demissão do Estado, arbitrariedade, situação permanente de crise, insegurança e risco. (Tradução nossa.)

uma sucinta lista sobre a difusão desses conteúdos internacionalmente. As reportagens publicadas a partir de 2001 são, em sua maioria, da autoria de meios de comunicação norte-americanos, como *The Washington Post*, *The Washington Times*, *The New York Times*, CNN, bem como na britânica BBC. *A Military Review*, periódico especializado em estudos sobre estratégias militares, a *The Middle East*, especializada em conflitos no Oriente Médio, e outras, também abordaram o assunto da fronteira.

Os relatórios oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos também figuram na lista dos documentos que refletem a preocupação de tratar a TF como pauta da agenda de segurança de seu país, como é possível observar nas citações anteriores.

La construcción de la TF [Triple Frontera] en tanto noticia implicó la puesta en relación de eventos distantes con circunstancias locales, tejiéndose una densa trama de supuestos e hipótesis sobre la realidad de la región. En los últimos años, la mirada “externa” sobre la TF se plasmó en una matriz de discurso homogéneo y recurrente que comenzó a ser contestado por los argumentos de otros medios internacionales o locales alternativos opuestos a esa mirada. (MONTENEGRO; BÉLIVEAU, 2006, p. 45)⁹

Podemos elencar como exemplo de análise dessa contestação do ponto de vista hegemônico circulado sobre a TF o trabalho de Karam (2011, p. 203-204). O autor relaciona como respostas a esses fluxos midiáticos hegemônicos o movimento “Paz Sem Fronteiras”, realizado logo após os atentados; o processo aberto por parte da Prefeitura de Foz do Iguaçu contra a rede CNN por danos à imagem da Tríplice Fronteira, em 2002; e em 2003, a campanha publicitária que utilizou a imagem de Osama Bin Laden para satirizar sua suposta visita à cidade – à época, os meios de comunicação afirmavam que o líder da organização fundamentalista Al-Qaeda teria ido a Foz do Iguaçu. Segundo o autor, o movimento de 2001 teria reunido 45 mil pessoas no Gramadão da Itaipu Binacional, espécie de praça que se localiza no bairro “Vila A” de Foz do Iguaçu. Esse dado teria sido divulgado pela Polícia Militar. Em reportagem circulada pelo jornal Folha de São Paulo (AGÊNCIA FOLHA, 2011) fala-se de aproximadamente 15 mil pessoas, devido à garoa que atingia a região no dia da realização do evento – este dado também teria sido divulgado pela Polícia Militar.

⁹ A construção da TF [Tríplice Fronteira] enquanto notícia implicou na ascensão da relação de eventos distantes com circunstâncias locais, tecendo uma densa trama de pressupostos e hipóteses sobre a realidade da região. Nos últimos anos, o olhar “externo” sobre a TF plasmou-se em uma matriz de discurso homogêneo e recorrente que começou a ser contestado pelos argumentos de outros meios internacionais ou locais alternativos opostos a esse olhar” (Tradução nossa.)

Mesmo com informações imprecisas, nota-se que a movimentação foi de grande porte. O movimento, que tinha como intuito chamar a atenção dos grandes meios de comunicação, não recebeu a atenção esperada, apesar de ter sido noticiado por algumas grandes redes¹⁰. Tanto os líderes quanto a base do movimento não eram necessariamente de origem “árabe”, e tanto é assim que recebeu apoio maciço das autoridades e meios de comunicação local. A diretoria do movimento compunha-se de cinco árabe-brasileiros, uma cristã maronita e quatro muçulmanos sunitas (KARAM, 2011, p. 211-215).

Em 2002, algumas reportagens publicadas pela CNN causam furor. Uma entre elas chamava especialmente a atenção. Na matéria, a correspondente internacional veterana Christiane Amanpour encontra uma fotografia, pendurada em um recinto, que afirma veementemente ser das Cataratas do Iguaçu, em meio a uma ação das forças armadas dos Estados Unidos em Cabul, no Afeganistão. Posteriormente, provou-se que o retrato era de outro lugar. A Procuradoria-Geral do Ministério Público da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu abre, então, um processo contra a CNN na 2ª Vara Cível do Fórum de Justiça, por danos morais (KARAM, 2011, p. 219-222).

A primeira audiência, em 2004, resultou infrutífera. A rede Turner International do Brasil Ltda alegou que o conteúdo circulado era de responsabilidade da matriz em Atlanta, Estados Unidos, e que, portanto, o processo deveria ser aberto na cidade norte-americana. Desse modo, o caso foi arquivado. Não obstante, o jornalista Rogério Bonato, então editor-chefe d’A Gazeta do Iguaçu, periódico local, encabeçou uma campanha publicitária que teria resultados mais efetivos.

À época, várias agências de notícia veicularam que Osama Bin Laden teria passado pela Tríplice Fronteira em 1990. Utilizando-se desse elemento, criou peças publicitárias cujo slogan era: “Se Bin Laden teria arriscado o pescoço para visitar Foz do Iguaçu, é porque vale a pena! Foz, todo mundo quer ver”; outra peça dizia o seguinte: “Quando não está detonando o mundo, ele passa horas agradáveis em Foz. Venha você também”. Com financiamento do Governo do Estado do Paraná à divulgação, a série de cartazes foi veiculada em aproximadamente 170 meios de imprensa e publicidade em diversos países. Rendeu, inclusive, uma reportagem no The Washington Post, que até então era um dos grandes

¹⁰ Entre eles, o autor cita Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, entre outros (Brasil); e Última Hora, Diario ABC Color, e La Nación (Paraguai).

divulgadores da “má fama” da fronteira, e uma entrevista no Programa do Jô com Bonato, transmitido pela Rede Globo de Televisão (KARAM, 2011, p. 222-226).

Entender essas reações parece nos dar uma pista sobre o caráter hegemônico que assumiram os elementos veiculados pelas empresas midiáticas de alcance internacional, que só puderam ser contestadas após o esforço de atores locais em divulgar um outro ponto de vista – deixe-se claro que todos eles tinham seus interesses específicos, seja pela diminuição do fluxo turístico à região após as polêmicas, seja pelo estereótipo negativo que acarretava também inconvenientes políticos.

Como já dissemos, a percepção hegemônica de um perigo iminente na TF parece estar atrelada ao medo com relação a uma minoria tida como ameaçadora. Entendendo a importância desse medo para a formulação da visão difundida sobre a TF, é importante compreender como se constrói essa dinâmica. Para Appadurai (2009, p. 40), as minorias de diversos tipos, produzidas em circunstâncias específicas de cada nação e de cada nacionalismo, nos processos de identificação, tornam a fronteira entre o “nós” e o “eles” nebulosa, sendo o “outro” muitas vezes necessário, mas não obrigatoriamente bem-vindo. No decorrer de sua obra, com relação aos Estados Unidos, afirma que os incidentes de 11 de setembro “desencadearam uma nova ordem de correspondência entre as incertezas sociais cotidianas sobre nós e eles e as inseguranças de um megaestado enfurecido” (APPADURAI, 2009, p. 82).

Além disso, o incidente seria um ponto essencial que passou a conectar diferentes pontos da política global que, sob outros prismas, são bastante divergentes. A partir de então, com a atribuição dos ataques ao grupo Al-Qaeda, para o governo dos Estados Unidos, a imagem do Islã passou a ser fortemente associada ao terrorismo internacional. O autor ressalta que diversos outros casos de minorias associadas à violência já vieram à tona:

O mundo está cheio de minorias raivosas com o potencial para se organizar em células. Já observamos essa capacidade entre militantes sikhs, bascos, curdos, tâmile de Sri Lanka e outras minorias feridas que se tornaram comunidades diaspóricas globais. Assim, não podemos nos permitir supor que existe algo no DNA do Islã que tem a capacidade de tornar minorias submissas em apavorantes. (APPADURAI, 2009, p.85. Grifos nossos)

Esses medos aos pequenos números – que se caracterizam por um temor de maiorias com relação a minorias, associado a uma “pureza” identitária – seriam o “resultado

das tensões produzidas para a teoria social liberal e suas instituições pela força da globalização” (APPADURAI, 2009, p. 67).

Acreditamos que esse sentimento de medo com relação a minorias muçulmanas foi um dos principais fatores formadores da visão da “Tríplice Fronteira ameaçadora”. A todo instante, como vimos, seja no conteúdo veiculado na mídia ou nas práticas discursivas das autoridades norte-americanas, ressalta-se, de alguma forma, o fato da Tríplice Fronteira abrigar uma grande comunidade islâmica, em sua maioria de origem árabe.

Parece ser que o significado que se atribui à expressão “Tríplice Fronteira” tem sua acepção, como a concebemos atualmente, estreitamente vinculada à presença da comunidade árabe na região. Deixamos, desse modo, os seguintes questionamentos: na hipótese de que em momento nenhum se houvesse fixado uma comunidade árabe de maioria islâmica na TF, seria a visão que se tem da região a mesma? Teria sido dispensada tanta atenção quando a que lhe deu o governo norte-americano e seus diversos atores e instâncias ao longo da primeira década do século XXI, caso a “minorias ameaçadora” não estivesse aí presente?

Esses questionamentos, antes de conjecturar sobre o que não aconteceu, vão mais no sentido de nos fazer refletir acerca de como se enxerga a região e quais significados se lhe atribuem, dado o panorama político em que se desenvolveram tanto ações políticas quanto produções midiáticas a seu respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a resgatar alguns elementos associados à Tríplice Fronteira (TF), entre Argentina, Brasil e Paraguai, especialmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Tais elementos discursivos ganham força em um momento histórico e local específico, por meio de atores determinados: são apropriados, produzidos e reproduzidos no ambiente políticos dos Estados Unidos pós-ataques. Adotado por diversos meios de comunicação, esse ponto de vista é difundido internacionalmente, além de posteriormente servir como repositório da própria visão oficial do Estado norte-americano. Essa retroalimentação proporcionou uma visão homogênea que continua caracterizando a TF, apesar das reações que gerou.

Parece-nos que esses elementos, que geralmente discursam sobre a periculosidade e fragilidade da região, estão intimamente ligados a uma sensação de medo generalizada com relação a minorias isoladas, que representariam um “outro” ameaçador. Referimo-nos ainda aos espaços político e midiático norte-americanos. O argumento nos parece plausível uma vez que reflete os elementos discursivos e ações políticas das gestões de George W. Bush com relação ao combate ao terrorismo global. Enquadrando a Tríplice Fronteira no rol de regiões sensíveis e levando-a à agenda de segurança, construiu-se uma visão da TF que alimenta representações vigentes até hoje.

A própria mobilização de atores locais reflete o caráter hegemônico desse ponto de vista, reação esta que, se não põe em questão a visão de uma TF unitária e reificada, ao menos traz elementos que permitem perceber um espaço que é objeto de interesse político e econômico de diversos atores e que, por conseguinte, gera tensões passíveis de análise sociológica em suas mais diversas esferas – um verdadeiro campo de disputa de interesses que permeia desde a esfera individual dos atores locais até o âmbito da política internacional, passando pelas diversas camadas que compõem o intermédio.

Com o presente artigo, antes de apresentar conclusões definitivas para o problema proposto, tivemos o objetivo de provocar reflexões e sugerir elementos de debate a respeito de uma área que ainda é pouco estudada, e cujo campo de pesquisa é abrangente e abre margem a diversos debates. Observar a Tríplice Fronteira é deparar-se com um objeto rico e passível de diversas interpretações, que abrangem diversas esferas do conhecimento e diferentes níveis de análise.

REFERÊNCIAS

FONTES

AGÊNCIA FOLHA. **Moradores da “tríplice fronteira”** realizam ato pela paz em Foz do Iguaçu. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 novembro 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u40351.shtml> . Acesso em: 04 ago. 2013.

FOLCH, C. **Recessão “legaliza” Tríplice Fronteira**. O Estado de São Paulo, 23 set. 2012. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,rece_ssao-legaliza-triplice-fronteira-934529,0.htm . Acesso em: 04 ago. 2013.

PARO, D. **Parlamentares dos EUA visitam Tríplice Fronteira**. Jornal A Gazeta do Iguaçu, Curitiba, 09 ago. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br>

[/mundo/conteudo.phtml?id=1284545&tit=Parlamentares-dos-EUA-visitam-Triplice-Fronteira](#) . Acesso em: 04 ago. 2013.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE (Estados Unidos da América). **Patterns of Global Terrorism 2003**. [S.l.], 2004. Disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm> . Acesso em: 22 mar. 2012.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE (Estados Unidos da América). **Counter Report on Terrorism 2011**. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm> . Acesso em: 22 mar. 2012

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. B. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva**. Tradução Ana Goldberg. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BUZAN, B. et al. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CUNHA, C. L. M. **Terrorismo internacional e a politica externa brasileira após o 11 de setembro**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia). Instituto Rio Branco, Brasília, 2009.

FERREIRA, M. A. S. **A política de segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro**. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KARAM, J. T. **Atravessando as Américas: a “guerra ao terror, os árabes e as mobilizações transfronteiriças em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este”**. In: MACAGNO, L. et al. (Orgs.). **A Tríplice Fronteira: Espaços nacionais e Dinâmicas locais**. 22. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p.203–231. MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

TANNO, G. **A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2003, p. 47-80.

WAEVER, O. **Securitization and Desecuritization**. In: LIPSCHUTZ, R. (Org.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1998.